



A agroecologia enquanto pauta das expressões de ativismo alimentar dentro do Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional do município de São Paulo.

Agroecology as an agenda of food activism expressions within São Paulo Municipality Food Policy Council

CURAN, Roberta Moraes¹; MORUZZI MARQUES, Paulo Eduardo²

¹ Doutoranda do Programa de Pós-Graduação Interunidades (CENA-ESALQ) em Ecologia Aplicada da Universidade de São Paulo(USP), ro.curan@usp.br; ² Docente do Programa de Pós-Graduação Interunidades (CENA-ESALQ) em Ecologia Aplicada da Universidade de São Paulo(USP) pmarques@usp.br.

RESUMO EXPANDIDO

Eixo Temático: Políticas Públicas e Agroecologia

Resumo: A pesquisa busca compreender de que forma a pauta da agroecologia é tratada dentro do Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional do município de São Paulo (COMUSAN). Para tal, foram analisadas as instituições representadas pelos conselheiros da sociedade civil da gestão 2022-2024 do COMUSAN, com o intuito de identificar nestas instituições os graus de expressões de ativismos alimentares que reconheçam a agroecologia como tema central de sua atuação e/ou enquanto valores, projetos e ações da instituição. A metodologia consistiu em uma revisão bibliográfica dos temas “ativismo alimentar” e “conselhos de controle social”, com foco no COMUSAN, além de análise de dados disponibilizados de forma online sobre todos os conselheiros e suas instituições. Foi identificado, a partir do histórico do COMUSAN, de sua relação com outros conselhos e das análises das instituições representadas em sua atual gestão, que a agroecologia é um tema pertinente e abordado com frequência dentro deste conselho.

Palavras-chave: participação social; direito humano à alimentação adequada e saudável; segurança e soberania alimentar e nutricional.

Introdução

A pesquisa aqui apresentada se inscreve no eixo temático “Políticas Públicas e Agroecologia” ao destacar o tratamento da agroecologia no Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional do município de São Paulo (COMUSAN). Para tal estudo, foram analisadas as instituições representadas pelos conselheiros da sociedade civil da gestão 2022-2024 do COMUSAN, com o intuito de identificar em que medida estas instituições apresentam expressões de ativismos alimentares que reconheçam a agroecologia como tema central de sua atuação e/ou enquanto elemento central de seus valores, projetos e ações.

A escolha do COMUSAN enquanto recorte deve-se ao fato de que a pesquisa de doutorado da primeira autora deste resumo é focada diretamente nos ativismos alimentares dentro deste conselho de controle social. Vale destacar que os



conselhos municipais de segurança alimentar e nutricional são espaços importantes para que a agenda de segurança alimentar e nutricional (SAN) seja reconhecida nos municípios, dando a possibilidade de ampla participação social, mas também estimulando a intersetorialidade das políticas alimentares (AVRITZER, 2005).

A seguir será apresentada a conjuntura de constituição e de evolução do COMUSAN, com o intuito de contextualizar o âmbito em que a pesquisa foi realizada. Este conselho foi criado na I Conferência Municipal de SAN de São Paulo, realizada em dezembro de 2001, organizada especialmente pela Secretaria Municipal de Abastecimento, contando com delegados representantes de diversos setores da sociedade civil. Tratou-se do primeiro conselho municipal de SAN do Brasil que se tornou oficial apenas em 2003, pelo Decreto nº 42.862 (CURAN e MORUZZI MARQUES, 2022; LEAL, 2004).

Dez anos depois, em 2013, o COMUSAN aderiu ao Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN), com o intuito de assegurar a SAN e o Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA) em todo o Brasil. A partir da Lei Municipal nº 15.920 de 2013 foram estabelecidos os componentes locais do SISAN, sendo partes essenciais e obrigatórias da adesão do município ao SISAN a instalação de um conselho de SAN, juntamente com a realização da Conferência Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional (CMSAN) e a criação da Câmara Intersecretarial Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional (CAISAN) (Ibidem).

Em 2015, o COMUSAN passou a ser regulamentado pelo Decreto nº 55.867, visando adequar as competências, composição e funcionamento no âmbito do SISAN. Foi apenas com este decreto que a presidência do conselho passou a ser de um representante da sociedade civil, conforme orientação do próprio SISAN. Além desta característica, o conselho tem caráter consultivo e é composto por dois terços de representantes da sociedade civil organizada e um terço de representantes governamentais (Ibidem).

Dentre os projetos e resultados da atuação do COMUSAN, destaca-se a incidência do conselho na pauta da agroecologia, vinculando o tema com a SAN no município: trata-se da Lei nº 16.140/2015 que dispõe sobre a obrigatoriedade de inclusão de alimentos orgânicos ou de base agroecológica na alimentação escolar.

Não se pode deixar de mencionar que o município de São Paulo conta hoje também com o Conselho de Desenvolvimento Rural e Sustentável (CMDRSS), que foi instituído por ocasião da aprovação do Plano Diretor Estratégico de 2014 e regulamentado pelo Decreto nº 57.058 de 14 de julho de 2016. Este conselho tem como principais objetivos elaborar diretrizes para a formulação, implementação e monitoramento de políticas públicas municipais para o desenvolvimento rural sustentável e solidário (PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PAULO, 2023). Dentre suas ações, vale mencionar a elaboração, aprovação e atual implementação do Plano Municipal de Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável, em vigência desde 2022 (PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PAULO, 2022).



Para os propósitos desta pesquisa, é relevante apresentar que o CMDRSS é constituído por 11 membros titulares do poder público e 11 da sociedade civil e que, dentre estes últimos, o COMUSAN possui uma cadeira fixa. Ou seja, há uma articulação estreita entre estes dois conselhos, com possibilidades de trânsito da pauta da agroecologia de maneira intersetorial entre ambos.

No que concerne ao tema dos ativismos alimentares, compreende-se que tal conceito pode ser amplo e abraçar diferentes perspectivas e viés, como definido por Maycon Schubert e Fátima Portilho (2023), que caracterizam o ativismo alimentar como

um fenômeno social amplo, cujo elemento motor e de mobilização social passa pela modificação de práticas agrícolas, comerciais e alimentares, pela construção de mercados e pela formulação e implementação de políticas públicas e regulatórias, visando a, em alguma medida, transformar o sistema alimentar, o ambiente alimentar e as práticas alimentares, a partir de amplos e conflituosos espectros políticos, em diferentes escalas e configurações sociais (SCHUBERT e PORTILHO, 2023, p.23).

Nesta pesquisa, o ativismo alimentar se vincula a formas de elaboração de uma crítica às atuais estruturas dos sistemas alimentares, assim como apresentado por Portilho (2020), que defende que

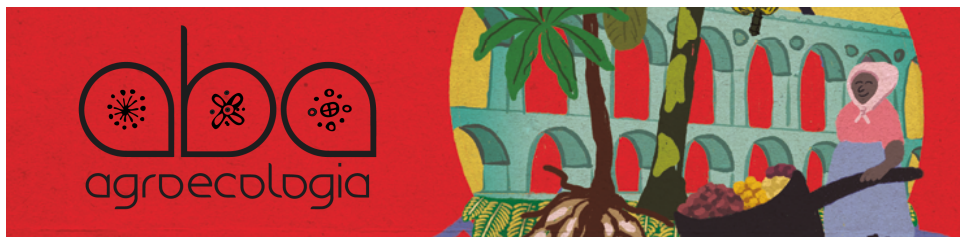
A definição básica de ativismo alimentar gira em torno da ideia de discursos e ações de pessoas e grupos que se dedicam a elaborar uma crítica ao sistema agroalimentar visando torná-lo mais democrático, sustentável, saudável, ético com relação aos animais não-humanos, de melhor qualidade, que valoriza receitas tradicionais e outros temas correlatos (PORTILHO, 2020, p.23).

Desta forma, constata-se que o COMUSAN apresenta espaço de participação social com grande potencial de discussão de temas correlatos à agroecologia. Trata-se então de lugar de expressão de ativismos alimentares, cuja crítica ao sistema agroalimentar tende a favorecer perspectivas agroecológicas.

Metodologia

A metodologia desta pesquisa consistiu em revisão bibliográfica acerca dos temas “ativismo alimentar” e “conselhos de controle social”, com foco no COMUSAN. Ademais, uma análise de material documental em torno dos conselheiros da sociedade civil na gestão 2022-2024 do COMUSAN e de suas instituições foi desenvolvida. A composição da gestão atual do COMUSAN está disponível no website da prefeitura do município de São Paulo.

A partir do estudo sobre cada uma destas instituições, foram identificadas aquelas que tinham como principais pautas de atuação e/ou enquanto seus valores, projetos e ações a agroecologia. Vale ressaltar que a busca por informações acerca de cada uma das instituições foi realizada na internet, utilizando-se seu nome enquanto



palavra-chave. Não foi possível localizar informação consistente de ligação com a agroecologia para todas as instituições e, nestes casos, foi considerada sua pouca afinidade com o tema em foco.

As análises foram realizadas de forma qualitativa, com base na ideia de que a agroecologia é uma forma de organização dos sistemas agrícolas que emerge como uma posição contra hegemônica e alternativa aos sistemas alimentares que hoje dominam tanto as áreas rurais quanto urbanas. Seus principais pilares consistem em valores e técnicas agronômicas com bases ecológicas, sociais, econômicas e culturais. Ademais, na transversalidade destes pilares, a agroecologia apresenta um caráter político, dialogando diretamente com os temas da soberania e segurança alimentar e nutricional, da justiça ambiental, da economia solidária, do feminismo, da saúde, da cultura, da comunicação e do direito à cidade (CURAN, 2020). Desta maneira, foram consideradas nesta pesquisa como expressões agroecológicas de ativismo alimentar aquelas instituições que inscrevem no cerne de suas atividades temas relativos a este conceito mais amplo de agroecologia.

Resultados e Discussão

O COMUSAN possui, de acordo com informações disponíveis no website da prefeitura, 28 conselheiros titulares da sociedade civil e 23 conselheiros suplentes. As análises permitiram identificar 13 instituições, dentre titulares e suplentes, representadas por seus conselheiros que têm a agroecologia enquanto tema central de sua atuação e/ou enquanto valor essencial para a concepção de seus projetos e ações.

Os termos “agroecologia”, “produtos agroecológicos” e “gestão agroecológica” aparecem efetivamente em apenas três das treze instituições identificadas. No entanto, foram verificados outros termos e discursos que estão alinhados com a pauta da agroecologia e podem ser considerados dentro do amplo conceito de agroecologia, os quais serão detalhados a seguir.

A noção de alimentação saudável destacou-se ao longo da análise e aparece atrelada a “alimentar de forma saudável e sustentável”, também a “dietas sustentáveis”, além da preocupação com a chamada “comida de verdade - no campo e na cidade” e com os “alimentos orgânicos”. Estes últimos estão diretamente relacionados com a forma como os alimentos são produzidos e em última instância com o acesso à terra. Entre os termos identificados neste âmbito, destacam-se os “sistemas alimentares regenerativos”, “sistema agroflorestal”, “agricultura orgânica de base familiar” e “assentamentos”.

Outro ponto de relevância é a defesa do DHAA e da Segurança e Soberania Alimentar e Nutricional. Em geral, ambos aparecem, atrelados à importância da participação social e da defesa de direitos sociais. Também se destaca a valorização do patrimônio cultural alimentar, que realça um dos pilares políticos da



agroecologia, ou seja, a cultura. Foi notado igualmente que o desperdício de alimentos e o aproveitamento integral dos alimentos são objetos de preocupação central de algumas instituições, o que estimula a circularidade dos sistemas alimentares, evitando perdas e favorecendo a preservação de recursos naturais.

Finalmente, uma das instituições realça sua atuação em termos de Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da ONU, incluindo erradicação da pobreza, fome zero, boa saúde, bem-estar, educação de qualidade, igualdade de gênero, emprego digno com crescimento econômico, redução das desigualdades e consumo e produção responsáveis.

Conclusões

A elaboração do presente artigo visou salientar que a agroecologia pode ser reconhecida enquanto expressão de ativismo alimentar, que busca construir críticas e estratégias de enfrentamento aos atuais sistemas alimentares hegemônicos. A partir do histórico do COMUSAN, de sua relação com o CMDRSS e das análises das instituições representadas na atual gestão do COMUSAN, foi possível identificar que a agroecologia constitui um tema pertinente e abordado recorrentemente dentro deste conselho. Ou seja, a agroecologia é reconhecida enquanto uma pauta na agenda de SAN no município, considerando a atuação do COMUSAN.

Finalmente, é importante explicitar que esta interligação entre agroecologia e SAN favorece o avanço do reconhecimento e garantia do DHAA e da SAN no município. Em última instância, trata-se de meios de alcance dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), o que é indissociável da propagação de abordagens agroecológicas.

Agradecimentos

Agradecemos à CAPES pela concessão de bolsa de doutorado da primeira autora e ao Projeto CNPq - Ativismos alimentares e politização da alimentação: uma análise comparada das interações entre movimentos sociais, mercados e políticas públicas nas regiões metropolitanas brasileiras.

Referências bibliográficas

AVRITZER, Leonardo (org.). **Instituições híbridas e participação no Brasil e na França, Teoria e Sociedade**. Departamento de Ciência Política e de Sociologia e Antropologia, número especial, Belo Horizonte: UFMG, 2005.

CURAN, Roberta Moraes; MORUZZI MARQUES, Paulo Eduardo. Conselhos Municipais de Segurança Alimentar e Nutricional como Encaixes Socioestatais: a Experiência de São Paulo/Sp. In: Encontro anual da ANPOCS, 46, 2022, Campinas. **Anais Eletrônicos**, 2022.



CURAN, Roberta Moraes. **Multifuncionalidade da agricultura urbana de base agroecológica: um estudo na Zona Leste do município de São Paulo/SP**. Dissertação de Mestrado, 108p. Escola Superior de Agricultura “Luiz de Queiroz”. Centro de Energia Nuclear na Agricultura, Piracicaba, 2020.

LEAL, Roseli Lopes de Machado. **O COMUSAN-SP e os paradigmas da participação**. 2004. 179f. Tese de doutorado. Faculdade de Saúde Pública. Universidade de São Paulo. 2004.

PORTILHO, Fátima. Ativismo alimentar e consumo político – duas gerações de ativismo alimentar no Brasil. **Redes (St. Cruz Sul, Online)**, v. 25, n. 2, p. 411-432, mai./ago., 2020.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PAULO. **Plano Municipal de Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável**. 2022. Disponível em: <https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/trabalho/plano%20rural%20final.pdf>.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PAULO. **Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário - CMDRSS**. 2023. Disponível em: https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/desenvolvimento/participacao_social/index.php?p=269617.

SCHUBERT, Maycon; PORTILHO, Fátima. Ativismo alimentar e consumo político alimentar - Uma análise a partir da Teoria das Práticas Sociais. Schubert, M; TONIN, J. SCHNEIDER, S. In: **Desafios e tendências da alimentação contemporânea - Consumo, mercados e ação pública**. 1 Ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2023, p. 19-45.